



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2015

(Senador Magno Malta 1º Signatário)

Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - o caput do artigo 5º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:” (NR)

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda constitucional não altera absolutamente nada no artigo 5º, ela apenas acrescenta o termo “desde a concepção”.

A omissão no texto constitucional sobre a origem da vida vem permitindo grave atentado à dignidade da pessoa humana que se vê privada de proteção jurídica na fase de gestação, justamente a fase em que o ser humano está mais dependente de amparo em todos os aspectos.

Nossa Carta Magna foi promulgada no ano de 1988. Os enormes avanços na ciência registrados nos últimos 20 anos na FETOLOGIA e na EMBRIOLOGIA com o conhecimento do nosso DNA vieram ressaltar a concepção como o único momento em que é possível identificar o início da vida humana.

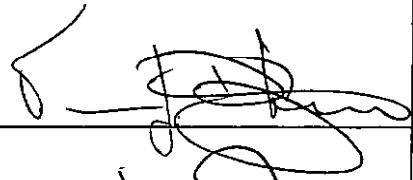
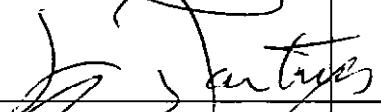
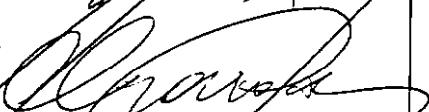
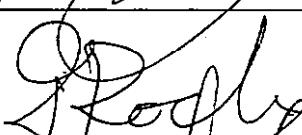
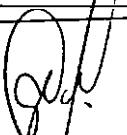
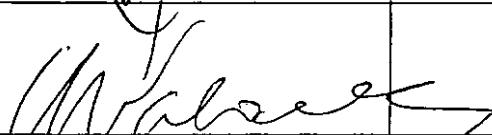
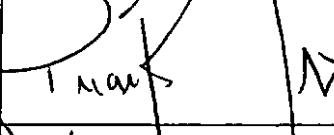
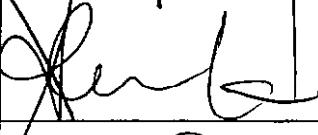
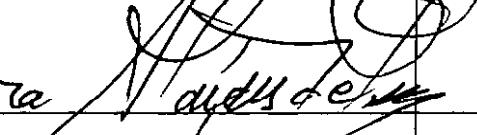
Em poucos dias de gestação o coração já está funcionado. Entre 11 e 12 semanas todos os órgãos já estão presentes no corpo da criança. Atualmente é cientificamente possível garantir a perfeita sobrevivência de uma criança nascida de um parto com apenas 18 semanas de gestação, algo completamente impossível na década de 80.

Portanto, este pequeno acréscimo, de apenas um termo esclarecendo ao artigo 5º, adequa nossa Constituição Federal aos atuais avanços científicos e terá o poder de garantir o direito à vida de milhares de crianças brasileiras que são assassinadas por falta de proteção jurídica.

Sala das Sessões, de 2015
Senador Magno Malta

| Assinatura | Senador | Partido |
|---|---------------|---------|
|  | CASSIO CUNHA | |
|  | Bruno MAGNO | |
|  | JOSÉ AGRIPIÑO | |

| | | |
|------------------------------------|-------------------|-----|
| Naiva | EUÍCIO | |
| Naiva | ACIR | |
| WILSON WIL HENRIQUE | WILSON | |
| Naiva | FLEXO D'ARIA | |
| Naiva | PINHEIRO | |
| ROSE FREITAS | Naiva | |
| REQUIETO | Naiva | |
| DECÁDIA | Naiva | |
| ELMANO | Naiva | *** |
| ANASTASIA | Naiva | |
| Arthur 10154911 | Naiva | |
| PAULO PAIM | Naiva | |
| GARIBOLDI | Naiva | |
| ELMANO FÉRREZ | Naiva | *** |

| | | |
|-------------------------------|--|-----|
| Fernando Ribeiro |  | |
| GASIER |  | |
| Al 14 e 21 ss |  | |
| Paulo Ribeiro |  | OK! |
| Gladson Corneli |  | |
| VACA DADES |  | |
| R. LIRA (ROMARIO) |  | |
| Romario Faria |  | |
| Ricardo Ferraz |  | |
| AÉCIO |  | |
| REGNFFE |  | |
| Aldides Oliveira (Aloysio) |  | |
| Alopes |  | |

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravio, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 19/3/2015

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 10783/2015